

Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021



Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito: ramificações, interpretações e ambiguidades 4 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-883-0

DOI 10.22533/at.ed.830210803

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: RAMIFICAÇÕES, INTEPRETAÇÕES E AMBIGUIDADES 4**, coletânea de vinte e quatro capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse quarto volume, seis grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em ativismo judicial e combate à corrupção; estudos em políticas públicas e mitigação das desigualdades; estudos sobre direito e reflexos na pandemia; estudos em direito do trabalho; estudos sobre tecnologia e impactos na sociedade; e outras temáticas.

Estudos em ativismo judicial e combate à corrupção traz análises sobre ativismo judicial, cassação de mandato de deputado federal, instituições democráticas, corrupção e compliance.

Em estudos em políticas públicas e mitigação das desigualdades são verificadas contribuições que versam sobre migração síria, orçamento público, mulher negra e direito à educação, combate ao preconceito racial, urbanização de favelas e programa bolsa-família.

Estudos sobre direito e reflexos na pandemia aborda questões como novas tecnologias, práticas democráticas, *online dispute resolution* e direito da gestante em trabalho de parto.

No quarto momento, estudos em direito do trabalho, temos leituras sobre proteção do trabalhador, mediação e arbitragem, dimensão recíproca da informação e trabalho doméstico.

Estudos sobre tecnologia e impactos na sociedade aponta discussões sobre mapeamento tecnológico, nanotecnologia e proteção a dados pessoais

Por fim, em outras temáticas, há abordagens que tratam de temas como jusnaturalismo, derrelição do sujeito humano, literatura e capitalismo.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ATIVISMO JUDICIAL

Lia Sarti

DOI 10.22533/at.ed.8302108031

CAPÍTULO 2..... 15

CASSAÇÃO DO MANDATO DO DEPUTADO FEDERAL EDUARDO CUNHA: ATIVISMO OU GARANTISMO CONSTITUCIONAL?

Jéssica Lahís Silva Bastos de Menezes

Maria Francisca Silva Bastos

Kartiele da Silva Lira

Karina Araújo Pawlina

DOI 10.22533/at.ed.8302108032

CAPÍTULO 3..... 29

A (DES)CRENÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM TEMPOS DE ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO

Bianca Medran Moreira

Bárbara Guerra Chala

DOI 10.22533/at.ed.8302108033

CAPÍTULO 4..... 36

A ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE COMO BARREIRA PARA A LAVAGEM DE DINHEIRO E DOS ATOS DE CORRUPÇÃO

Fabrizio Bon Vecchio

Fernanda Ulysséa Pereira

Leandro Villela Cezimbra

DOI 10.22533/at.ed.8302108034

CAPÍTULO 5..... 50

MIGRAÇÃO SÍRIA PARA O BRASIL: O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE E A (IN) EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Carolina Soares Hissa

Maíra Costa Ribeiro

Susana de Miranda Pires

DOI 10.22533/at.ed.8302108035

CAPÍTULO 6..... 62

O ORÇAMENTO PÚBLICO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: HAVERÁ RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS ESSENCIAIS EM 2021?

Júlio Edstron S. Santos

Frederico Augusto Barbosa da Silva

Rogério Alves Dias

DOI 10.22533/at.ed.8302108036

CAPÍTULO 7.....	88
POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A LUTA DA MULHER NEGRA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Eugenia Portela de Siqueira Marques	
Átila Maria do Nascimento Corrêa	
Amanda de Siqueira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.8302108037	
CAPÍTULO 8.....	98
AÇÕES INTERATIVAS DO PROJETO DEBATE, CAFÉ E CINEMA NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS NATALENSES	
Arthur Fonseca Lopes	
Alcineia Rodrigues dos Santos	
Fabiana Ricardo Souza do Nascimento	
Patrícia Cristina Cavalcante	
Aurélia Carla Queiroga da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8302108038	
CAPÍTULO 9.....	104
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E A TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO MUNICIPAL BRASILEIRO	
Eugênio Pacceli de Moraes Bomtempo	
DOI 10.22533/at.ed.8302108039	
CAPÍTULO 10.....	122
PROGAMA BOLSA FAMÍLIA: ERRADICAÇÃO DA POBREZA E CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Jéssica Gomes Machado	
Ana Maria Paim Camardelo	
DOI 10.22533/at.ed.83021080310	
CAPÍTULO 11.....	132
NOVAS TECNOLOGIAS E PANDEMIA DA COVID-19: DISRUPÇÕES E DESAFIOS PARA AS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS	
Janaína Rigo Santin	
Pedro Henrique Pasquali	
DOI 10.22533/at.ed.83021080311	
CAPÍTULO 12.....	145
ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR): A SOLUÇÃO DE CONFLITOS À LUZ DA TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)	
Quíssila Renata de Carvalho Pessanha	
DOI 10.22533/at.ed.83021080312	
CAPÍTULO 13.....	154
O DIREITO DA GESTANTE EM TRABALHO DE PARTO (E NO PÓS-PARTO) A	

ACOMPANHANTE E AS RESTRIÇÕES DA COVID-19

Karine Domingos de Souza

Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira

Paulo Sérgio Gomes Soares

DOI 10.22533/at.ed.83021080313

CAPÍTULO 14..... 170

A PROTEÇÃO DO TRABALHADOR ATRAVÉS DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E AS MEDIDAS PROVISÓRIAS DA PANDEMIA DE COVID-19

Maria Laura Bolonha Moscardini

Daniel Damásio Borges

DOI 10.22533/at.ed.83021080314

CAPÍTULO 15..... 182

A UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO E DA ARBITRAGEM COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS

Mariana Domingos Peres

Ricardo Motta Vaz de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.83021080315

CAPÍTULO 16..... 189

A DIMENSÃO RECÍPROCA DA INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE

Lucieli Breda

Maíra Brecht Lanner

DOI 10.22533/at.ed.83021080316

CAPÍTULO 17..... 206

DIREITO E POLÍTICA NA REALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

Anna Christina Freire Barbosa

Ingrid Danielle Amorim Alves de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.83021080317

CAPÍTULO 18..... 224

HERMENÊUTICA JURÍDICA: MAPEAMENTO TECNOLÓGICO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE PATENTE DE SOFTWARE EMBARCADO

Karina Silva Juvenal

Gustavo Passos Fortes

Diná Vieira de Matos

Jordânia de Araújo Costa

DOI 10.22533/at.ed.83021080318

CAPÍTULO 19..... 235

COMPREENDENDO O NOVO ALERTA NANOTECNOLÓGICO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DAS TEORIAS SOBRE RISCO PARA ADEQUADA GESTÃO DO NANOWASTE

Daniele Weber S. Leal

Raquel Von Hohendorff

DOI 10.22533/at.ed.83021080319

CAPÍTULO 20.....254

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E A TUTELA DO DIREITO FUNDAMENTAL AOS DADOS PESSOAIS NO BRASIL: A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LEI 13.709/18) COMO SISTEMA PROTETIVO PARA A EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA DOS DADOS PARTICULARES NAS REDES SOCIAIS

Ana Karoline Fernandes de Sousa

Raquel Colins Andrade

Julia Barros de Brito

DOI 10.22533/at.ed.83021080320

CAPÍTULO 21.....265

PROLEGÓMENOS AOS JUSNATURALISMO

Victor Fell

Enzo Stefano

DOI 10.22533/at.ed.83021080321

CAPÍTULO 22.....270

UMA REFLEXÃO SOBRE A DERRELIÇÃO DO SUJEITO HUMANO PELO DIREITO: ENTRE EMBATES TEÓRICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

Stephany Yohanne Rolim Pereira

DOI 10.22533/at.ed.83021080322

CAPÍTULO 23.....282

UM ENFOQUE JURÍDICO SOBRE A NARRATIVA DE *DOM CASMURRO*

Karina Sales Longhini

Larissa Fernanda Steinle

DOI 10.22533/at.ed.83021080323

CAPÍTULO 24.....292

CAPITALISMO E PROGRESSO HUMANO

Ricardo Tannenbaum Nuñez

Marisa Rossignoli

DOI 10.22533/at.ed.83021080324

SOBRE O ORGANIZADOR.....299

ÍNDICE REMISSIVO.....300

CAPÍTULO 10

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ERRADICAÇÃO DA POBREZA E CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Data de aceite: 01/03/2021

Jéssica Gomes Machado

Assistente Social especialista em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ID Lattes: 6008121732496399

Ana Maria Paim Camardelo

Doutora em Serviço Social pela PUC-RS
Docente do Centro de Ciências Humanas e da Educação e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS)

ID Lattes: 8865429290882229

Artigo apresentado no III Congresso Florense de Direito e Ambiente - Políticas de Cidades Socioambientalmente Sustentáveis Caxias do Sul - De 24 a 26 de outubro de 2016

RESUMO: Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) apresentam a sustentabilidade como compromisso global, para isso definem, na mais recente Agenda – *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* – como objetivo 1 a erradicação da pobreza para a transformação do mundo e a concretização do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, este artigo abordará um estudo acerca do desafio da erradicação da pobreza e da concretização do desenvolvimento sustentável

no Brasil, a partir da implementação do Programa Bolsa Família (PBF), enquanto o maior programa de enfrentamento à pobreza, demonstrando, por meio da pesquisa bibliográfica, a contribuição do Programa em conjunto com as políticas públicas de educação e saúde os efeitos alcançados neste sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família.

BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: POVERTY ERADICATION AND ACHIEVEMENT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BRAZIL

ABSTRACT: The *Millennium Development Goals* (MDGs) present sustainability as a global commitment, for this, it is defined in the most recent agenda - *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development* – as the objective number one poverty eradication for the transformation of the world and the achievement of sustainable development. Thus, this article will focus on a study about the challenge of poverty eradication and the achievement of sustainable development in Brazil, as of the implementation of the Bolsa Família Program (PBF), as the largest coping program against poverty, demonstrating through bibliographical research, the program's contribution along with the public policies of education and health effects achieved in this regard.

KEYWORDS: Sustainable development. Environment. Public policies. Bolsa Família Program.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo teve como balizador as discussões que envolvem os atuais problemas ambientais enfrentados tanto nas esferas locais como globais. Problemas resultados pelo acelerado crescimento do capitalismo e da apropriação sem sustentabilidade ambiental, que por sua vez se manifesta em dimensões políticas, econômicas e sociais, ocasionando um ciclo de degradação: ambiental, social e humana.

Diante disso, destacam-se as políticas públicas como principal instrumento do Estado, dos governos e da sociedade civil enfrentarem as múltiplas expressões da questão social, incluindo aqui as relacionadas ao meio ambiente. Para tanto, este estudo tem como objetivo verificar se a Política de Assistência Social, por meio do Programa Bolsa Família, enquanto o maior programa de enfrentamento à pobreza tem contribuído para que o Brasil atinja o objetivo 1 das metas do milênio.

Portanto, toma-se como base a nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável – A Agenda 2030 – elaborada em 2015 pela Cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), que se baseou nos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM), traçados por meio das Conferências Mundiais ocorridas ao longo dos anos 90 e estabelecidos nos anos 2000, como significativo instrumento para estimular os países a desenvolverem ações que concretizem políticas públicas socioambientalmente sustentáveis.

Considerando ainda os oito ODM e os 17 objetivos da Agenda 2030, que enfocam como objetivo 1 a erradicação da pobreza para a transformação do mundo e a concretização do desenvolvimento sustentável, o estudo pretende apontar uma das formas que o Brasil está trabalhando para contribuir com esta jornada coletiva.

Para isto, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica, a partir do método dialético crítico – que se volta a conhecer todos os setores da consciência do homem como um processo histórico movido por contradições que emergem da realidade social – estando estruturado, após esta introdução, da seguinte maneira: *item 2) “O desafio socioambiental para o desenvolvimento sustentável”*, onde resgata-se as discussões acerca do desenvolvimento sustentável em nível global e as implicações deste nos campos ambiental, social e econômico, bem como as formas que o Brasil vem enfrentando o desafio de se tornar um país socioambientalmente sustentável; *item 3) “A contribuição do Programa Bolsa Família para a erradicação da pobreza com vistas à concretização do desenvolvimento sustentável”*, no qual se apresenta o conceito e caráter das políticas públicas, particularizando a Política de Assistência Social, enquanto base (em conjunto com a Política de Saúde e de Previdência Social) para a seguridade social brasileira, apontando as ações realizadas por meio do Plano Brasil sem Miséria para garantir o atendimento às necessidades básicas da população mais pobre; *subitem 3.1) “Programa Bolsa Família”*, em que se aponta as contribuições do Programa para a erradicação da pobreza e concretização do desenvolvimento sustentável no país.

Por fim, o estudo apresenta as considerações finais e as referências utilizadas para esta construção.

21 O DESAFIO SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a publicação do relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum – elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988) da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo proclamado como aquele “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Posteriormente, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 – a Cúpula da Terra – no Rio de Janeiro, o mundo reafirmou que o desenvolvimento sustentável é o caminho para o bem-estar humano. A Agenda 21 resgatou o conceito de desenvolvimento sustentável, declarando que o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com um crescimento que responda às necessidades das pessoas e proteja o meio ambiente.

Mais recentemente, em setembro de 2015, os líderes da ONU assinaram os 17 Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável somados a 169 metas, que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Os Objetivos e metas traduzem o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A pretensão é de que os Objetivos e metas estimulem ações que contribuam na luta contra a desigualdade e a injustiça e no combate à mudança climática, bem como à erradicação da pobreza enquanto maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente para a efetivação da justiça ambiental.

A discussão acerca da justiça ambiental tem tomado proporção e espaço à medida em que tem sido fomentado novos questionamentos e debates acerca das questões ambientais nas esferas da ciência, política, economia e sociedade. Acselrad (2005, p.223), introduz dentro do paradoxo justiça e meio ambiente o seguinte conceito

Justiça Ambiental é uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental.

Logo, a justiça ambiental se torna uma aliada crucial na defesa dos direitos ambientais. Fato notável é o processo de formação e criação de novas experiências de

educação ambiental, bem como a construção de um acervo de legislações que assegura a práxis neste campo, além de motivar o crescimento de atores socioambientais.

As considerações sobre atores socioambientais apresentam a sociedade sobre uma dupla perspectiva, que remete à relação entre ambiental e social, bem como a oportunidade de sustentar uma outra vontade política que privilegia a sustentabilidade e critica o consumo e desperdício irracional. Ruscheinsky (2007, p. 24) define atores socioambientais “como agentes colocados dentro das contradições e dos conflitos suscitados pelos relacionamentos entre sociedade e natureza”. Em que os problemas ambientais não podem ser isolados de outros conflitos característicos desta sociedade desigual.

Naturalmente, essa dupla crise social e ambiental resultou de um mesmo modelo de desenvolvimento de base capitalista que se define pela concentração econômica e exclusão social; pela degradação da natureza – incluída a humana – e geração de riscos socioambientais; pela fragilização das instituições democráticas e por um padrão ético utilitário e individualista. Pode-se dizer que esse conjunto de tendências, grosso modo e com algumas variações, caracteriza o cenário contemporâneo da sociedade global. (LIMA, 2007, p. 334).

O grande desafio está em romper com a cultura do capitalismo, que está associada a uma racionalidade inconsequente de desenvolvimento – uma aspiração inerente da humanidade – que busca a produção de forma desenfreada, para além das questões ambientais, sociais, técnicas, da ciência e até mesmo da indústria. Esta visão desconsidera a possibilidade da exaustão dos recursos naturais, uma vez que gera excedente de produtos, explorando a natureza e o trabalho humano, garantindo, a manutenção de condições socioambientais perversas – desigualdade, miséria e degradação ambiental – aumentando o abismo entre riqueza e pobreza. (BEZERRA e BURSZTYN, 2000).

Nesta mesma perspectiva, A Carta de Terra (2000) apresenta como desafio para o futuro a construção coletiva de

[...] mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente.

Diante disso, visa-se ações de transformação que orientem um futuro sustentável sob um novo paradigma que pode ser definido por constantes modificações do sistema vigente. No Brasil, suscitam-se avanços nas questões ambientais por meio de políticas e soluções para o desenvolvimento sustentável em diversos setores. Um exemplo é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), que trouxe importantes ferramentas para que os municípios iniciassem o enfrentamento aos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manuseio inadequado dos resíduos sólidos.

Outro avanço que o Brasil tem dado em relação a um futuro sustentável, refere-se

à busca de um melhor ordenamento do ambiente urbano, onde prevaleça à qualidade de vida da população por meio da melhoria da mobilidade urbana, da eficiência energética, do descarte de resíduos sólidos, da economia de água, entre outros aspectos que contribuam para o alcance de cidades sustentáveis. (BRASIL, s/d).

Entretanto, há outros desafios para efetivação dos requisitos que fundamentam o desenvolvimento sustentável, perpassando, no Brasil, pelo enfrentamento a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Embora a relação entre pobreza, exclusão social e degradação ambiental não seja direta, seus efeitos são notáveis, uma vez que o Estado historicamente condicionou os interesses do bem-estar social em detrimento a expansão do capital, na exploração dos recursos naturais.

Portanto, os desafios postos para que o Brasil implemente políticas públicas direcionadas a um desenvolvimento econômico mais duradouro e socioambientalmente equilibrado, requerem o fortalecimento da capacidade reguladora do Estado de intervir nesse processo. Isto é, as políticas de desenvolvimento devem ser pensadas como questões de políticas de Estado.

3 | A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA COM VISTAS À CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao adentrar o campo das políticas públicas, faz-se necessário entender que o conceito utilizado para a expressão é amplo e consistente. A tradição europeia apresenta os estudos em Políticas Públicas enquanto um desdobramento dos trabalhos e análises do papel do Estado e, portanto, produtor, por excelência, destas. Enquanto na América do Norte, a Política Pública se consolida no mundo acadêmico como área do conhecimento, enfatizando os estudos sobre o papel do Estado com ênfase nas ações governamentais (SOUZA, 2006).

De modo geral, pode-se definir Políticas Públicas como o conjunto de ações definidas pelo Estado e executadas pelo governo. Tal definição pode apresentar um caráter mais político ou mais administrativo. O *caráter político*, pensado em uma sociedade democrática, onde existem diferentes grupos, segmentos políticos, ideologias, etc.; estabelece-se como um processo decisório que envolve conflitos de interesses. Desse caráter, deriva-se o conceito apresentado por Dye (1984 apud SOUZA, 2006, p.24), de Política Pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Sendo assim, o governo define quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Já o *caráter administrativo* define Política Pública como um conjunto de projetos, programas e atividades governamentais. Essa definição está voltada ao papel da Política Pública, de solucionar problemas.

Cabe ainda, destacar a diferenciação existente entre Política de Estado e Política de governo. Portanto, entende-se que Política de Estado independe do governo ou governante. Ela está respaldada por um aparato jurídico legal, como por exemplo, a Constituição Federal

tendo a obrigatoriedade de ser cumprida. Já a Política de governo depende da alternância de poder. Está presente no plano de governo do candidato, que se eleito irá transformar suas ideias e propostas em novas políticas públicas, executadas durante o período de seu mandato. Destaca-se, que as Políticas de governo, conforme adquirem continuidade de um governo para outro elas podem se transformarem em Políticas de Estado.

No Brasil a Constituição Federal sinaliza como tripé da Seguridade Social, as políticas públicas sociais de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, cujo fim é de amparar e assistir aos cidadãos. Sachs (1993), amplia o conceito de sustentabilidade em cinco modalidades: ecológica, ambiental, social, política e econômica. A *sustentabilidade social* refere-se ao desenvolvimento, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, o Brasil, por meio da Política de Assistência Social adota um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Na esfera pública o Brasil, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, vem desenvolvendo o *Plano Brasil sem Miséria*, lançado em 2011, permitindo a redução das desigualdades, promovendo a inclusão social e a distribuição de renda, como forma do poder público e a sociedade reunirem condições de superar a extrema pobreza. O Plano está organizado em três eixos: (i) garantia da renda para alívio imediato da situação de pobreza; (ii) acesso aos serviços públicos para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias, (iii) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade. (BRASIL, 2013, p.10).

Sabe-se que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda. Insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia são algumas dessas formas. Portanto, para superação da extrema pobreza deve haver articulação entre esses e outros setores.

Assim, o Brasil sem Miséria, criado em 2011 sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desenvolve ações em conjunto com os demais ministérios, mas dependem da adesão dos municípios, uma vez que o Cadastro Único – sistema de informações para o acesso aos programas sociais, administrado nos municípios, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) – é a porta de entrada para o Brasil sem Miséria.

Todos os 5.570 municípios dos 26 estados brasileiros, assim como o Distrito Federal, têm o direito de receber apoio financeiro, desde que obtenham índices mínimos de desempenho na gestão descentralizada do Cadastro Único e do Bolsa Família, medidos pelo IGD.

O Cadastro Único serve para que o governo identifique as famílias mais pobres

residentes no país, concedendo a estas, depois de cadastradas se atenderem aos requisitos, a participação nos programas sociais do plano: Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec BSM), Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais, Programa Bolsa Verde, Programa Água para Todos, Programa Luz para Todos, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, Carta Social, Minha Casa Minha Vida, Aposentadoria para Dona de Casa, Carteira do Idoso, Passe Livre para Pessoa com Deficiência, Isenção de Taxa em Concursos Públicos. Reforça-se, portanto, a responsabilidade dos municípios pelo cadastramento das famílias, inclusive através da modalidade de busca ativa com o interesse de garantir a inclusão, o desenvolvimento e a superação da extrema pobreza no país. (BRASIL, 2013).

3.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e se caracteriza como um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa) ou pobres (com renda mensal entre R\$ 70,00 até R\$ 140,00 por pessoa). Mensalmente o governo federal deposita um valor para as famílias inseridas no programa. A quantia depositada depende do número de membros da família, da idade e da renda desses, sendo direcionado para uma conta simplificada da família. Há benefícios específicos para as famílias com crianças, jovens, gestantes e nutrizes. Ressalta-se que a família assume alguns compromissos ao participar do programa: as crianças devem ser vacinadas e receber acompanhamento nutricional, as gestantes fazer o pré-natal, e as crianças e jovens devem frequentar a escola. (BRASIL, 2013).

Destaca-se que o PBF possui orçamento definido, ou seja, uma vez esgotada a dotação orçamentária não será concedido novos benefícios pelo menos até que haja critério suplementar. Portanto, torna-se necessário a definição de metas para que seja feito o planejamento orçamentário anual.

A criação do PBF em 2003 iniciou-se com a meta de 11,2 milhões de famílias, ocorrida no final de 2006. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram que durante os anos 2007 e 2008 não houve aumento da cobertura do PBF. Porém, novas famílias foram beneficiadas à medida que outras saíram. Também, indicam que o PBF é superado em número de beneficiários apenas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que em princípio atende toda a população brasileira; pela educação pública que atende a 52 milhões de alunos; e pela previdência social que conta com 21 milhões de benefícios concedidos. Entretanto, em termos orçamentários o PBF é relativamente pequeno correspondendo em torno de 0,3% do produto interno bruto (PIB).

Considerando os elementos apresentados acima, pode-se afirmar que o programa tem contribuído com o seu objetivo, de auxiliar as famílias a superarem a situação de

pobreza ou extrema pobreza, ao passo que o número de 11 milhões já atingido, era renovado por novas famílias com o perfil. Nos anos 2009 e 2010 o PBF aprimorou as estimativas de atendimento, adotando a metodologia dos mapas de pobreza do Banco Mundial, podendo focalizar as situações nos municípios, até então baseadas nos dados do Censo. A partir disso, a estimativa de atendimento atingiu praticamente 13 milhões de famílias. Incluindo, por meio da articulação com as áreas de educação e saúde, o acompanhamento da frequência escolar de mais de 16 milhões de estudantes e da agenda de saúde de 8,7 milhões de famílias (PAIVA; et al, 2014, p.379), atingindo o número de 22 milhões de brasileiros que superaram a situação de extrema pobreza, no que se refere a questão renda. (CAMPELLO, 2013 p.23).

As pesquisas realizadas sobre os impactos do PBF junto a seus beneficiários, apresentadas no livro Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania (CAMPELLO, 2013), demonstram que seus efeitos têm sido notáveis. Ao traduzir os dados apresentados neste estudo, pode-se visualizar que em relação a educação, as crianças beneficiárias do PBF, apresentam 6% a mais de progressão escolar que as crianças com mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias, assim como aumento de 4% da frequência escolar das crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos de idade. No que diz respeito à saúde, constata-se que o PBF contribuiu com a redução da mortalidade infantil e desnutrição crônica, assegurando de forma mais regular o esquema vacinal, bem como a maior adesão das beneficiárias gestantes ao acompanhamento pré-natal.

Em consonância com estes resultados, Ribas (2007) declara que o tipo de pobreza classificada como crônica está diminuindo gradativamente. Isto quer dizer que, o Brasil está a caminho da superação do grande índice da pobreza no país, uma vez que o PBF ao auxiliar as famílias no acesso a renda, também tem assegurado (enquanto compromisso do poder público) o direito dos mais pobres à saúde e à educação o que contribui cada vez mais para que os jovens tenham acesso ao mundo do trabalho e transformem suas condições de vida.

Nesse sentido, reconhece-se que o PBF está contribuindo para o fortalecimento do sistema de proteção social brasileira, alcançando grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, em especial, crianças e jovens; em parceria com as políticas públicas que visam à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, à equidade e à cobertura universal dos serviços. Tudo isso mostra a característica de atuação multidimensional no combate à pobreza presente no Bolsa Família, que se intensificou com o Brasil sem Miséria e que tem na atual utilização do Cadastro Único seu expoente maior.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações apresentadas neste estudo, certamente, evidenciam os esforços que o Brasil tem realizado – a partir da criação do Plano Brasil sem Miséria, que promoveu

a implementação de diversos programas e ações na área social – principalmente, com a consolidação do Programa Bolsa Família no enfrentamento ao desafio da erradicação da pobreza para a concretização do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Como se procurou demonstrar, os resultados do PBF, tanto a partir de sua principal característica: transferência direta de renda, quanto por meio de sua política de articulação intersetorial com as políticas públicas de assistência social, de educação e de saúde, tem auxiliado o país a alcançar impactos positivos, refletidos na redução da pobreza e desigualdade e na melhoria de indicadores educacionais e de saúde; além de contribuir com o acesso ao mundo do trabalho.

Todavia, entende-se que ainda existem desafios para a evolução e efetiva consolidação do PBF. O desafio mais aparente e urgente está em sua própria base de execução, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), que conta com uma estrutura de execução espartano, especialmente nos municípios do interior do país. O que implica diretamente no funcionamento do PBF, uma vez que este está condicionado ao Cadastro Único administrado pelos municípios, conforme o Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

Apesar disso, o PBF representa uma evolução definitiva para as famílias que ainda não possuíam acesso ao sistema de proteção social. Cabe, portanto, a manutenção e possíveis transformações (induzidas por fortes atores de apoio) para que o PBF continue a produzir efeitos em busca da erradicação da pobreza.

REFERÊNCIAS

A CARTA DA TERRA. The Earth Charter Initiative. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf> Acesso em: 08 out. 2016.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido**. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

BRASIL. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Org.). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> . Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. PATRICIA VIEIRA DA COSTA. (Org.). **Plano Brasil sem Miséria: no seu município**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/dadosSv/cartilha_msm/CartilhaBSM.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (Org.). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 08 out. 2016.

CAMPELLO, Tereza. **Uma década derrubando mitos e superando expectativas**. In: Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. p. 15-24. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

BRUNDTLAN, Comissão. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 08 out. 2016.

LIMA, Gustavo F. da Costa. **Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade**. In Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2007. p. 333-344. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros_2.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

PAIVA, Luis Henrique; et al. **O Programa Bolsa Família e a Luta Para Superação da Extrema Pobreza no Brasil**. In: O Brasil Sem Miséria. Brasília: Mds - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. p. 365-384. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

RIBAS, R. P. **A caracterização da pobreza urbana ao longo do tempo: aplicação do modelo idade-período-coorte na estimação das tendências de privações crônica e transitória no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 24, n. 1, p. 139-161, 2007.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores Socioambientais**. In Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2007. p. 21-34. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros_2.pdf> . Acesso em: 08 out. 2016.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SARAIVA, Henrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas Públicas** (coletânea). Brasília: ENAP, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias. Porto Alegre: ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ativismo judicial 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 27

C

Capitalismo 86, 106, 123, 125, 256, 292, 293, 295, 296, 297, 298

Compliance 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 120

Corrupção 16, 17, 18, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 76, 87, 133, 139, 142

Covid-19 67, 72, 77, 108, 132, 133, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 156, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181

D

Dados pessoais 149, 150, 152, 153, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Derrelição do sujeito humano 270, 280

Direito 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 46, 47, 48, 52, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 64, 68, 69, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 96, 97, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 216, 217, 218, 219, 220, 227, 235, 236, 237, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 292, 293, 295, 296, 299

Direitos fundamentais 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 47, 51, 62, 63, 64, 69, 70, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 98, 100, 136, 142, 149, 154, 160, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 191, 198, 205, 206, 210, 221, 254, 258, 259, 261, 264

E

Educação 15, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 57, 63, 64, 70, 71, 73, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 102, 108, 113, 115, 117, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 154, 155, 181, 233, 292, 299

G

Garantismo constitucional 15, 16, 20, 23, 25, 26

I

Instituições democráticas 29, 30, 31, 33, 34, 125

Interpretações 20, 23, 25, 65, 76, 157, 224

J

Jusnaturalismo 5, 265, 266, 267, 268

L

Literatura 131, 201, 208, 264, 299

M

Mediação e arbitragem 185, 187, 188

Migração 50, 52, 219

Mulher 88, 89, 91, 92, 93, 97, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 208, 213, 221

N

Nanotecnologia 236, 237, 239, 240, 244, 246, 247, 248, 249, 252

O

Online dispute resolution 145, 146, 147, 152, 153

Orçamento público 62, 64, 69, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 141

P

Pandemia 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 77, 83, 84, 86, 132, 133, 137, 139, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181

Patente 10, 21, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Políticas públicas 8, 10, 20, 26, 27, 30, 34, 47, 50, 52, 55, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 97, 100, 101, 105, 108, 111, 120, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 134, 141, 212, 214, 218, 299

Preconceito racial 98, 99, 100, 101, 102

T

Trabalho 1, 2, 19, 29, 31, 36, 40, 41, 57, 58, 60, 67, 71, 76, 84, 88, 90, 92, 93, 94, 97, 100, 105, 107, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 144, 145, 146, 154, 155, 161, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 233, 239, 241, 247, 249, 254, 255, 262, 264, 265, 270, 271, 284, 285, 290, 292, 293, 294, 295, 296

U

Urbanização 104, 105, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 295

Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

